



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



HABEAS CORPUS N°: 0198412-1

123

COMARCA : Belém de Maria - Vara Única
IMPETRANTE : Denivaldo Batista dos Santos
PACIENTE : James Barreto Freitas
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ESTELIONATO NA FORMA TENTADA E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO EM CONCURSO MATERIAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. ORDEM DENEGADA POR UNANIMIDADE.

I - Necessidade de se manter a segregação provisória com fundamento na garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. Paciente que se manteve preso durante todo o curso do processo, e, ao final condenado a 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. In casu, restou demonstrada a predisposição do acusado para a prática delitiva e o *modus operandi* evidencia a sua audácia e periculosidade.

II - As condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória, por si sós, não garantem o benefício, mormente quando demonstrada a necessidade da custódia cautelar.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus n° 0198412-1, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à

Akdc



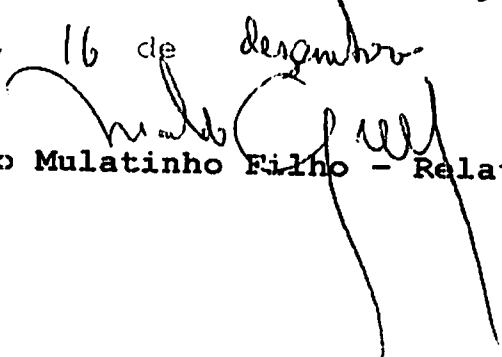
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



124

unanimidade, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 16 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



125

HABEAS CORPUS N°: 0198412-1

COMARCA : Belém de Maria - Vara Única
IMPETRANTE : Denivaldo Batista dos Santos
PACIENTE : James Barreto Freitas
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho

RELATÓRIO:

Trata-se de habeas corpus liberatório, com pedido liminar, impetrado pelo Advogado **DENIVALDO BATISTA DOS SANTOS**, em favor de **JAMES BARRETO FREITAS**, preso em flagrante em 12.02.2009, pela prática dos delitos tipificados no art. 171, caput, (estelionato) c/c art. 14, II (tentativa) e art. 297 (falsificação de documento público), todos do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Belém de Maria/PE (processo n° 480.2009.000156-0).

Ordenei o apensamento do Habeas Corpus n° 198424-1 (fls. 36) ao presente mandamus tendo em vista que possui o mesmo paciente, processo crime e a mesma causa de pedir deste mandamus.

Postula o impetrante a concessão da liberdade provisória do paciente aduzindo falta de fundamento para a manutenção da custódia cautelar e condições pessoais favoráveis (fls. 02/12).

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 13/27.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



126

Em decisão interlocutória de fls. 34/35, **indeferi** o pedido liminar, por estarem ausentes os requisitos para a sua concessão.

A autoridade tida por coatora prestou informações às fls. 40 noticiando que o Paciente fora condenado à pena definitiva de 05 (cinco) anos e 07 (sete) meses de reclusão pelo concurso material dos crimes de estelionato, na forma tentada, e falsificação de documento público, cometidos em co-autoria com CLAUDIVAM GALINDO SILVA condenado à pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão, anexando cópia da Sentença (fls. 41/50).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Procurador de Justiça Itabira de Brito Filho, ofertou o Parecer de fls. 54/55, opinando pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

VOTO

Conforme relatado, o presente *habeas corpus* foi impetrado por **DENIVALDO BATISTA DOS SANTOS** em favor de **JAMES BARRETO FREITAS**, relativamente ao processo nº 480.2009.000156-0 a que responde o paciente na Vara Única de Belém de Maria/PE, pela prática dos delitos tipificados no art. 171, *caput*, (estelionato) c/c art. 14, II (tentativa) e art. 297 (falsificação de documento público), todos do Código Penal.

O impetrante sustenta, na exordial, que inexistem os requisitos previstos no art. 312 do CPP, não havendo, assim, motivos para a manutenção da custódia cautelar do Paciente, ainda mais porque é primário, possuidor de bons antecedentes, residência fixa e profissão lícita (fls. 02/12).

Akdc



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



127

Narra a Denúncia que, na manhã do dia 12.02.2009, o Paciente JAMES BARRETO FREITAS e o co-denunciado CLAUDIVAN GALINDO SILVA, conhecido por "CLAU", tentaram obter para si vantagem ilícita, em prejuízo do Banco do Brasil S/A, utilizando documento falso para receber empréstimo destinado à outra pessoa, não logrando êxito por motivos alheios as suas vontades (fls. 13/16).

Consta que o gerente da Agência do Banco do Brasil de Belém de Maria recebeu uma ligação do gerente da Agência do Banco do Brasil da cidade de Lagoa dos Gatos, informando que uma pessoa identificou-se como GERALDO BATISTA e de posse de um RG com tal qualificação havia tentado realizar um saque no valor de R\$ 2.450,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta reais), referente a uma ordem de pagamento emitida pelo Banco Bom Sucesso relativo a um contrato de empréstimo com desconto em folha de pagamento. Ocorre que o saque não teria sido realizado por se tratar de uma tentativa de estelionato.

Diante de tal informação, o gerente da Agência de Belém de Maria notificou a caixa executiva quanto à possibilidade da ocorrência de tentativa de fraude também nessa agência.

Momentos depois, o Paciente JAMES BARRETO FREITAS se apresentou na Agência do Banco do Brasil de Belém de Maria e se dirigiu ao caixa de posse de um RG nº 002561 SSPO/AL, que apresentava foto do Paciente e qualificação de GERSON CABLOCO DA SILVA.

Considerando a advertência recebida, o caixa executivo pediu que o Paciente aguardasse e apresentou o documento recebido ao gerente, o qual se dirigiu ao Paciente e lhe solicitou que apresentasse outro documento para que aferisse a veracidade do RG apresentado, tendo o Paciente dito que iria até seu carro para pegar sua Carteira Nacional de Habilitação, vindo, nesse momento, a se evadir.

Em vista de tais fatos, o gerente de Belém de Maria acionou a polícia, que conseguiu interceptar o

Akdc



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



128

Paciente no veículo Corsa, placa KGZ-8661, que era conduzido por CLAUDIVAN GALINDO, 2º Denunciado. Este tinha conhecimento dos crimes e ajudava o Paciente a aplicar os golpes.

Consta ainda da inicial acusatória que o Paciente e o co-denunciado confessaram a prática delituosa perante a Autoridade Policial, informando que já haviam, em conjunto, praticado esses golpes várias outras vezes. Explicaram que o paciente entrava no site do INSS e buscava o nome de pessoas aposentadas na região. Em seguida, procurava um funcionário do Banco Bom Sucesso em Caruaru ou Recife e pedia formulários de pedidos de empréstimo consignado.

Na feira da troca de Caruaru o Paciente obtinha identidades em branco, colando sua fotografia nas mencionadas cédulas de identidade e as preenchendo com os dados retirados do site do INSS, utilizando-se ainda desses mesmos dados para preencher os formulários de empréstimos obtidos.

E, ainda, o Paciente de posse da documentação falsa dava entrada no pedido de empréstimo junto ao Banco Bom Sucesso. Após a liberação do empréstimo, se dirigia ao Banco do Brasil de posse do nº de CPF do aposentado e da identidade falsa para efetuar o saque da ordem de pagamento emitida pelo Banco Bom Sucesso.

Examinando:

Segundo informações da autoridade apontada coatora o Paciente foi condenado por Sentença recorrível (fls. 40).

Seguindo a sistemática do art. 387, parágrafo único do CPP, com redação dada pela Lei 11.719/2008, **o juiz ao proferir sentença condenatória, decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção** ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.

Akdc



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



129

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a prisão decorrente da pronúncia ou da sentença penal condenatória recorrível somente não ofende o princípio da presunção de inocência se for devidamente demonstrada, na fundamentação da sentença, a necessidade da prisão cautelar.

No caso presente, o Paciente JAMES BARRETO FREITAS **foi preso em flagrante delito e respondeu a todo o processo custodiado cautelarmente sendo, ao final, condenado à pena definitiva de 05 (cinco) anos e 07 (sete) meses de reclusão** pelo concurso material dos crimes de estelionato, na forma tentada, e falsificação de documento público, cometidos em co-autoria com CLAUDIVAM GALINDO SILVA condenado à pena de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão (fls. 40).

Na Sentença de fls. 41/50, a autoridade dita coatora manteve a segregação cautelar do Paciente, aduzindo vislumbrar a possibilidade de o mesmo voltar a delinquir e de se furtar à aplicação da lei penal, haja vista a personalidade do réu e o *modus operandi* do crime (fls. 49).

Na análise do art. 59 do CP, a Magistrada disse ter ficado patenteada a predisposição do Paciente à reiteração da prática delitiva (fls. 47). Quanto ao *modus operandi*, este evidencia a audácia e a periculosidade do agente.

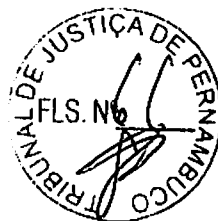
As condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória, por si sós, não garantem a concessão do benefício. Demonstrada a necessidade da segregação cautelar, deve o acusado permanecer custodiado, o que ocorre no caso dos autos.

Nessa linha, ANDRADE MOREIRA conclui que "a prisão será uma decorrência de uma sentença condenatória recorrível sempre que, in casu, fosse cabível a prisão preventiva contra o réu, independentemente de sua condição pessoal de

Akdc



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



130

primário e de ter bons antecedentes; ou seja, o que definirá se o acusado aguardará preso ou em liberdade o julgamento final do processo é a comprovação de um dos requisitos previstos no art. 312 do CPP¹.

Transcrevo jurisprudência do Superior Tribunal de justiça que sintetiza toda a fundamentação já exposta:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO EM FLAGRANTE. INDEFERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL E DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PECULIARIDADES DO CASO. REITERAÇÃO DELITIVA. POSSIBILIDADE CONCRETA DE FUGA E INTIMIDAÇÃO DA VÍTIMA.

I - A privação cautelar da liberdade individual reveste-se de caráter excepcional (HC 90.753/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU de 22/11/2007), sendo exceção à regra (HC 90.398/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJU de 17/05/2007). Assim, é inadmissível que a finalidade da custódia cautelar, qualquer que seja a modalidade (prisão em flagrante, prisão temporária, prisão preventiva, prisão decorrente de decisão de pronúncia ou prisão em razão de sentença penal condenatória recorrível) seja deturpada a ponto de configurar uma antecipação do cumprimento de pena (HC 90.464/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJU de 04/05/2007). O princípio constitucional da não-culpabilidade se por um lado não resta malferido diante da previsão

¹ ANDRADE MOREIRA, Rômulo. *Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 48.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho 131

no nosso ordenamento jurídico das prisões cautelares (Súmula nº 09/STJ), por outro não permite que o Estado trate como culpado aquele que não sofreu condenação penal transitada em julgado (HC 89501/GO, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU de 16/03/2007). Desse modo, a constrição cautelar desse direito fundamental (art. 5º, inciso XV, da Carta Magna) deve ter base empírica e concreta (HC 91.729/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJU de 11/10/2007). Assim, a prisão preventiva se justifica desde que demonstrada a sua real necessidade (HC 90.862/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJU de 27/04/2007) com a satisfação dos pressupostos a que se refere o art. 312 do Código de Processo Penal, não bastando, frise-se, a mera explicitação textual de tais requisitos (HC 92.069/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJU de 09/11/2007). Não se exige, contudo fundamentação exaustiva, sendo suficiente que o decreto construtivo, ainda que de forma sucinta, concisa, analise a presença, no caso, dos requisitos legais ensejadores da prisão preventiva (RHC 89.972/GO, Primeira Turma, Relª. Minª. Cármen Lúcia, DJU de 29/06/2007).

II - Na hipótese dos autos, a r. decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória encontra-se devidamente fundamentada em virtude da reiterada atividade delitiva, que demonstra a possibilidade da prática de novos delitos, em razão do paciente registrar outro envolvimento criminal (Precedentes).



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho

132



III - "É válido decreto de prisão preventiva para a garantia da ordem pública, se fundamentado no risco de reiteração da(s) conduta(s) delitiva(s) (HC 84.658)." (HC 85.248/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Carlos Britto, DJU de 15/06/2007).

IV - A real possibilidade de fuga do acusado fundamenta a prisão cautelar a fim de se resguardar futura e eventual aplicação da lei penal (Precedentes).

V - Pode-se afirmar, ainda, que a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória encontra-se devidamente fundamentada, pois há concreta possibilidade de intimidação da vítima por parte do agente.

VI - Outrossim, condições pessoais favoráveis como primariedade, bons antecedentes e residência fixa no distrito da culpa, não têm o condão de, por si só, garantirem a revogação da prisão preventiva, se há nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar (Precedentes). Ordem denegada. (HC 99.329/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/06/2008, DJe 18/08/2008 - grifos nossos).

Isso posto, e em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator